

1 Contexto operacional

A Vigor Alimentos S.A. ("Vigor" ou "Companhia") é uma sociedade por ações regida por Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, tendo como objeto social: (a) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados; (b) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (c) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à venda de produtos da Companhia; (d) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação e (e) a participação em sociedades no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista (holdings). A sede da Companhia é localizada na Rua Joaquim Carlos, 396, Brás, São Paulo, Brasil.

Em sua estrutura operacional, existe a subsidiária Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. ("Dan Vigor") que é responsável pela fabricação de todos os produtos comercializados pela Companhia. O modelo operacional adotado visa proporcionar que as empresas se dediquem a operações distintas, mas complementares, indústria e distribuição, buscando uma melhor especialização na gestão individual em cada entidade e na definição de estratégias de forma consolidada. As operações comerciais entre ambas seguem preceitos de autonomia e são baseados em preços firmados entre as partes, uma vez que tem bases de tributações independentes.

Em função dos volumes operacionais significativos entre Vigor e Dan Vigor, das sinergias capturadas e objetivos complementares, o contexto econômico de ambas deve ser entendido na leitura das demonstrações financeiras e notas explicativas consolidadas.

A Companhia é controlada pelo Grupo Lala, que tem sede no México, e tem seu exercício social com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

Pandemia Covid-19

Diante do avanço da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, sabendo da grande importância que as empresas do ramo de alimentos terão durante o período de epidemia e isolamento, a Companhia, com o objetivo de manter o abastecimento dos canais de distribuição ao consumidor, mantém todas as suas operações em plena atividade.

Para que isso se tornasse possível, a Companhia adotou diversas medidas que reforçam o compromisso com a saúde dos seus colaboradores e a segurança das suas operações. Neste contexto, através da criação de um comitê de contingência multidisciplinar, novos procedimentos foram integrados à rotina da Companhia, tais como: a intensificação da higienização dos locais de trabalho; aumento do número de pontos de álcool em gel distribuídos pelos escritórios, fábricas e centros de distribuição, além de disponibilizar aos promotores e vendedores em campo; mudanças de layout do refeitório nas fábricas e adequação nos horários das refeições para evitar aglomerações no ambiente; suspensão de visitas externas, reuniões presenciais e eventos; foram otimizados os roteiros para atendimento aos clientes, e reforço no atendimento online; o trabalho remoto tem sido altamente estimulado; antecipação da vacina contra a gripe para 100% dos colaboradores; além da divulgação constante nos canais de comunicação interna quanto as principais orientações para prevenção do contágio pelo coronavírus.

Sabemos que os impactos na saúde da população mundial e o possível avanço da crise poderão contribuir com o aumento do risco de uma recessão econômica que consequentemente teriam reflexos no Brasil, porém o faturamento da Companhia até a data de emissão deste relatório, apresenta estabilidade desde o início das medidas que foram adotadas no país para combate ao novo coronavírus, exceto no segmento de Food Service que foi diretamente afetado, em virtude de que os clientes dessa linha se encontraram com os estabelecimentos fechados até o mês de julho, quando foram iniciados movimentos para retomadas no setor. A partir desta retomada, o segmento tem apresentado índices que superam o que era esperado pela Companhia. Adicionalmente, a administração tem tomado medidas para estimular as vendas em outros segmentos que estão operando normalmente desde o início da pandemia e mantém a expectativa de estabilidade nas vendas para os próximos meses.

Desta forma, a administração tem acompanhado diariamente todos os KPI's e vem tomando medidas para que este momento de incertezas não afete o planejamento estratégico e financeiro para o futuro.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. A empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido. As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para reais na data efetiva da transação. Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações financeiras são convertidos para reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do exercício.

2.4 Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre a controladoracontroladoracontroladora e sua respectiva subsidiária. É reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

Em conformidade com a IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece a receita quando o modelo dos 5 passos apresentado na referida norma são cumpridos. São eles:

- (i) Identificada a existência de um contrato com cliente (por escrito ou verbalmente);
- (ii) Identificada as obrigações de desempenho;
- (iii) Determinado o preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação para cada obrigação de desempenho; e

(v) Cumprimento das obrigações de desempenho.

Adicionalmente, a Companhia reconhece os passivos de restituição para a receitas reconhecidas em que são esperadas a restituição de parte da contraprestação recebida do cliente.

2.5 Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo LalaLala e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

A Administração fez os seguintes julgamentos que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- i. Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") – nota explicativa nº 7;
- ii. Análise da vida útil do imobilizado - nota explicativa nº 13;
- iii. Análise de redução ao valor recuperável dos ativos – nota explicativa nº 15;
- iv. Provisão para riscos - nota explicativa nº 21; e
- v. Avaliação dos instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo - nota explicativa nº 29.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor. São contabilizados pelo seu valor de face, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal do negócio da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. A Companhia não possui saldos com prazo de vencimento maior de um ano atualmente.

2.8 Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")

Conforme abordado na IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, a Companhia registra uma provisão para perda de crédito esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O objetivo é reconhecer as perdas de crédito esperadas para os instrumentos financeiros que apresentarem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A Companhia avalia os riscos de crédito de acordo com comportamento dos diferentes segmentos de mercado com os quais possui relação comercial, indicando um percentual de risco de crédito para os valores a vencer e vencidos. Para os valores vencidos, a Companhia calcula o percentual de risco de crédito de acordo com o tempo instrumento financeiro encontra-se pendente.

A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

2.10 Investimento em controlada

Inicialmente o investimento em controlada da Companhia são reconhecidos pelo valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração de resultados ou em outros resultados abrangentes até a data em que o controle na investida deixa de existir.

2.11 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment").

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 13 de imobilizado.

2.12 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos ao teste anual de "impairment" para avaliação e validação da recuperabilidade dos mesmos.

Ágio - reconhecido em uma combinação de negócios e que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras financeiras.

(i) Redução ao valor recuperável

Os itens do intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor contábil testada quando houver indicadores potenciais de perda no valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

2.13 Arrendamento

Os arrendamentos da Companhia são reconhecidos conforme as orientações IFRS16/ CPC06 (R2) – Operações de arrendamento, de acordo com a norma a Companhia deve avaliar seus contratos de forma a identificar a existência do direito de uso. Para essa definição são utilizados os seguintes critérios:

- 1- Existência de um ativo identificado;
- 2- Direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos;
- 3- Período do contrato superior a 12 meses
- 4- Direito de controlar ou operar o ativo.
- 5- Expectativa de uso para todo o contrato

Os contratos que atenderem os critérios citados serão reconhecidos o ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento por direito de uso. Para os contratos que não atendem estes critérios a Companhia faz o reconhecimento da contraprestação paga como despesa operacional no resultado.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme segue:

- a) Reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.
- b) Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento nas demonstrações financeiras individual e consolidada do resultado
- c) Separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) nas demonstrações individual e consolidada dos fluxos de caixa.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório) manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo CPC 06 (R2).

2.14 Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.15 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.16 Impostos sobre o lucro

(i) Impostos correntes:

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência.

(ii) Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, compensação de ágio, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes na data do balanço e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.17 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.18 Ativos e passivos contingentes

Reconhecida quando da existência de uma obrigação presente legal ou presumida como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Os valores reconhecidos como provisões são a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar as obrigações nas datas de encerramento dos exercícios, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando as provisões são mensuradas com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seus valores contábeis correspondem ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o recebimento for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

2.20 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Quando necessário, a demonstração financeira da controlada é ajustada para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.21 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

2.22 Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: calculado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: calculado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.23 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a Companhia não designou nenhum instrumento de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes):

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Especificamente:

- (i) Os investimentos em instrumentos patrimoniais são classificados ao valor justo por meio do resultado, a menos que a Companhia designe um investimento em instrumentos patrimoniais que não seja mantido para negociação nem seja uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial; e

- (ii) Os instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, os instrumentos da dívida que atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes podem ser designados ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (designada “descasamento contábil”) que surgiria da mensuração dos ativos e passivos ou do reconhecimento dos ganhos e perdas sobre esses ativos e passivos em bases diferentes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada.

Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que a Companhia optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidas pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- (ii) No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- (i) Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
- (ii) O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- (iii) O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando a Companhia permuta com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, a Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença entre: (1) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (2) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação deve ser reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação.

Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge, em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto que o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que a Companhia tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

Hedge de valor justo

A variação no valor justo de instrumentos de hedge qualificáveis é reconhecida no resultado.

O valor contábil de um item objeto de hedge não mensurado ao valor justo é ajustado para a variação no valor justo atribuível ao risco objeto de hedge com uma correspondente contrapartida no resultado.

Quando o ganho ou a perda de hedge é reconhecido no resultado, ele é reconhecido na mesma rubrica que o item objeto de hedge.

A Companhia descontinua a contabilização de hedge apenas quando a relação de hedge (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação (após reequilíbrio, se aplicável). Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. O ajuste ao valor justo do valor contábil do item objeto de hedge resultante do risco objeto de hedge é amortizado no resultado a partir daquela data.

Ganho ou perda de variação cambial

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros e instrumentos denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no final de cada período de relatório.

3 Reapresentação

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras, a Administração está reapresentando as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, anteriormente apresentadas em 29 de março de 2020.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Os impactos destas alterações estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro 2019	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Passivo						
Não Circulante						
Impostos sobre o lucro diferidos (i)	130.829	86.030	216.859	133.918	86.030	219.948
Total do Não Circulante	1.400.196	86.030	1.486.226	1.513.898	86.030	1.599.928
Patrimônio Líquido						
Reserva de capital (i)	296.645	(86.030)	210.615	296.645	(86.030)	210.615
Total do Patrimônio Líquido	4.697.582	(86.030)	4.611.552	4.697.582	(86.030)	4.611.552
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.342.985	-	6.342.985	6.891.886	-	6.891.886

- i. O montante reapresentado refere-se a correção do imposto diferido registrado em virtude das diferenças entre livros fiscais e contábeis relativos a mais valias de ativos e passivos identificadas em operação de combinação negócios feita pela Lala Brasil, que foi incorporada a Companhia durante o exercício de 2019. Dessa forma, o patrimônio líquido incorporado é reduzido, afetando assim a reserva de capital da Companhia.

4 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

4.1 Alterações às IFRSs com adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020

IFRS 7 e IFRS 9 - Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2020)

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedge afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação na IFRS 7 para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS 9.

A alteração citada não apresentou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 16 - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2020)

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Durante o exercício a Companhia renegociou os pagamentos de arrendamento para alguns contratos, no entanto as condições acordadas estiveram vigentes durante alguns meses, sendo assim consideramos que essa alteração não representou impactos relevante nas demonstrações financeiras.

4.2 Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2020.

A lista a seguir traz as IFRSs novas e revisadas ainda não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros;
- IFRS 10 (CPC 36) e IAS 28 (CPC 18) (alterações) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IFRS 3 (CPC 15) – Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato; e
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020: Alterações à IFRS 1 (CPC 37) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06) – Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) – Agricultura.

A Companhia está monitorando os pronunciamentos das autoridades, bem como as medidas que vêm sendo adotadas avaliando potenciais impactos em suas demonstrações financeiras visando estar preparada para a transição. Desta forma, se antecipa às mudanças regulatórias e dos mercados financeiros para realização dos eventuais ajustes em contratos, processos e sistemas que venham a ser necessários. Até o momento da emissão deste relatório, não foram identificados impactos relevantes na demonstrações financeiras da Companhia.

5 Combinação de negócios

Em 01 de julho de 2019, a Companhia concluiu o processo incorporação reversa da acionista controladora Lala Brasil, que possuía como atividade econômica a Administração dos negócios atribuídos ao Grupo Lala, no Brasil. A Companhia foi adquirida pelo grupo em 26 de outubro de 2017.

O objetivo da operação consiste na estratégia de manter a sinergia da Administração, redução de gastos administrativos e planejamento tributário.

A entidade Lala Brasil transferiu a totalidade dos ativos para a Companhia e a participação acionária que detinha foi transferida as entidades Lala Centroamerica, S.A. (99,80%) de C.V. e Lala Administración y Control, S.A. de C.V. (0,20%), ambas sediadas no México.

A operação foi realizada de acordo com as orientações legais previstas na Lei 9.249/95 Art. 21. Os saldos incorporados foram levantados na data base 31 de maio de 2019 e a movimentação ocorrida entre 01 e 30 de junho de 2019 foram registradas no resultado do exercício.

O CPC 15 – Combinação de negócios (IFRS 3), apesar de não possuir orientações para contabilização da operação de incorporação, também foi alvo de consulta por parte da Administração para proceder com os registros contábeis e divulgação.

A seguir estão apresentados os impactos no balanço patrimonial individual e consolidado da Companhia:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	30.06.2019	Saldo incorporado	Saldo após incorporação	30.06.2019	Saldo incorporado	Saldo após incorporação
Caixa e equivalentes de caixa	123.610	36.954	160.564	124.624	36.954	161.578
Contas a receber de clientes	354.455	-	354.455	386.693	-	386.693
Impostos a recuperar	181.245	2.089	183.334	447.037	2.089	449.126
Depósitos, cauções e outros	7.002	743.386	750.388	8.801	743.438	752.239
Impostos diferidos	-	-	-	29.836	-	29.836
Investimentos em controladas	382.570	13.158	395.728	-	-	-
Imobilizado	504.470	55.071	559.541	632.878	58.180	691.058
Intangível	884.595	2.807.869	3.692.464	1.142.640	2.823.007	3.965.647
Outros ativos circulantes e não circulantes	227.941	120	228.061	486.969	120	487.089
Total do ativo	2.665.888	3.658.647	6.324.535	3.259.478	3.663.788	6.923.266
Passivo e patrimônio líquido						
Empréstimos e financiamentos	330.763	-	330.763	621.114	-	621.114
Arrendamentos a pagar	22.827	-	22.827	61.495	-	61.495
Fornecedores	97.482	8	97.490	346.059	8	346.067
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	183.879	554	184.433	209.775	554	210.329
Impostos diferidos (Reapresentado)	112.200	94.313	206.513	113.607	101.092	214.699
Provisão para riscos processuais	42.582	734.267	776.849	45.116	732.629	777.745
Obrigações com não controladores	-	23	23	-	23	23
Compromissos com terceiros para investimento	-	165.985	165.985	-	165.985	165.985
Outros passivos circulantes e não circulantes	48.854	191	49.045	35.011	191	35.202
Total do passivo	838.587	995.341	1.833.928	1.432.177	1.000.482	2.432.659
Capital social	1.507.934	2.450.000	3.957.934	1.507.934	2.450.000	3.957.934
Reserva de capital (Reapresentado)	-	210.615	210.615	-	210.615	210.615
Reserva de lucros	319.367	2.691	322.058	319.367	2.691	322.058
Total do patrimônio líquido	1.827.301	2.663.306	4.490.607	1.827.301	2.663.306	4.490.607
Total do passivo e patrimônio líquido	2.665.888	3.658.647	6.324.535	3.259.478	3.663.788	6.923.266

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

As rubricas “impostos diferidos” e “reserva de lucros” foram reapresentadas conforme nota explicativa 2

6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixas e depósitos bancários à vista	722	1.005	1.179	1.280
Aplicações financeiras	498.742	190.115	498.919	190.965
	499.464	191.120	500.098	192.245

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média cerca de 102% (em 2019, 96%) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Valores a vencer	408.695	327.504	415.108	349.192
Vencidos:				
De 1 a 60 dias	11.825	18.199	11.880	18.613
De 61 a 90 dias	161	569	163	489
Acima de 90 dias	13.963	15.334	14.058	15.223
Total de vencidos	25.949	34.102	26.101	34.325
Perdas esperadas	(13.123)	(14.992)	(13.123)	(14.992)
Contas a receber total	421.521	346.614	428.086	368.525
Moeda Nacional	416.759	345.030	422.616	366.686
Moeda estrangeira	4.762	1.584	5.470	1.839

Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	(14.992)	(9.021)	(14.992)	(9.021)
Adições	(3.620)	(7.985)	(3.625)	(7.985)
Reversões	3.011	-	3.011	-
Efeito no resultado das perdas esperadas	(609)	(7.985)	(614)	(7.985)
Perdas concretizadas	2.478	2.014	2.483	2.014
Saldo final	(13.123)	(14.992)	(13.123)	(14.992)

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Produtos acabados	19.063	18.491	76.277	72.715
Produtos em processo	-	-	106.210	78.965
Matéria prima e insumos	-	-	131.020	84.618
Almoxarifado	-	-	27.843	24.697
	19.063	18.491	341.350	260.995

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
ICMS	30.308	31.666	203.936	156.672
IPÍ	348	267	755	623
PIS e COFINS	169.619	148.913	264.318	262.143
IRPJ e CSLL	15.228	29.269	15.624	29.278
Outros	2.599	6.759	6.204	10.362
	218.102	216.874	490.837	459.078
Ativo circulante	68.813	93.345	144.008	163.435
Ativo não circulante	149.289	123.529	346.829	295.643
	218.102	216.874	490.837	459.078

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados.

PIS e COFINS

A Lei nº 10.637, de 30.12.2002, e a Lei nº 10.833, de 29.12.2003, respectivamente, instituíram o regime da não-cumulatividade para fins de apuração do PIS e da COFINS, que consiste na apuração de tais contribuições devidas em cada período de apuração com a dedução dos créditos decorrentes das aquisições de insumos, embalagens, equipamentos industriais, e outros permitidos pela legislação em vigor.

Nesse contexto, a Companhia vem apurando créditos acumulados das referidas contribuições em função da tributação pela alíquota zero de algumas linhas de produtos como o leite, iogurtes, queijos e margarinas, conforme as disposições contidas na Lei nº 10.925 de 23.07.2004.

Referidos créditos acumulados estão sendo compensados com demais tributos federais devidos pela Companhia e o excedente sujeito a ressarcimento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

IRPJ e CSLL

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras durante o exercício, além do saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado nos exercícios anteriores. A Companhia possui expectativa de utilização destes créditos em 2021.

10 Operações descontinuadas

Conforme previsto no Acordo de Acionistas, em virtude da alteração na composição acionária da Vigor Alimentos S/A em 26 de outubro de 2017, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais (CCPR) exerceu o seu direito de compra das ações, assim sendo, nesta data a Companhia perdeu o controle na Itambé.

Esta perda de controle foi caracterizada como operação descontinuada, de acordo com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, por representar uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações.

O valor da contraprestação recebida na data de fechamento da operação foi de R\$ 552.543. O custo do investimento é composto pela participação de 50% da Companhia no patrimônio líquido da Itambé, mais valia de ativos, ágio por expectativa de rentabilidade futura e da avaliação a valor justo apurada no momento da perda de controle.

De acordo com o Contrato de Compra e Venda, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 103.869 que está condicionado a utilização dos créditos de PIS e COFINS na Itambé. Com base no CPC 25/IAS 37, o direito a este montante foi classificado como ativo contingente e, portanto, não está reconhecido nestas demonstrações financeiras. O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo:

	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	966	50.147
Recebimentos	-	(44.308)
Glosas (i)	-	(4.873)
Saldo final	966	966

(i) Referem-se a perda de créditos de PIS e COFINS na ex-subsidiária Itambé.

Operações descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em 31 de dezembro de:			
	2020	2019	2020	2019
Contraprestação contingente realizada	-	44.308	-	44.308
Ajuste do preço de venda da Itambé	-	100.000	-	100.000
IR/CSLL	-	(49.065)	-	(49.065)
Resultado das operações descontinuadas	-	95.243	-	95.243

Além das movimentações do ativo contingente a Companhia, em 2019 houve o recebimento de R\$ 100.000 referente a complemento de preço acordado encerrando assim os efeitos relativos a transação.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

11 Transações com partes relacionadas

11.1 Saldos com partes relacionadas - controladora e consolidado

	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante						
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	BRL	31.01.2021	14.072	9.691	-	-
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	BRL	31.01.2021	149	-	149	-
			14.221	9.691	149	-
Passivo circulante						
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	MXN	31.01.2021	-	(85)	(2.554)	(128)
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	BRL	31.01.2021	(133)	(540)	-	-
			(133)	(625)	(2.554)	(128)
			14.088	9.066	(2.405)	(128)

Os saldos com transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço patrimonial como clientes, fornecedores e outros os e passivos circulantes e não circulantes:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Controladora		
	Clientes	Outros ativos	Fornecedores
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	55.820	3.847	(300.239)
	<u>55.820</u>	<u>3.847</u>	<u>(300.239)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019			
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	1.883	792	(88.371)
	<u>1.883</u>	<u>792</u>	<u>(88.371)</u>

11.2 Transações com partes relacionadas - controladora e consolidado

Efeitos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado: receita e despesa financeira, receita de venda e prestação de serviços, compras de matérias primas, mercadorias para revenda e outros:

	Controladora			
	Compras de matérias primas, mercadorias e serviços	Juros passivos	Juros ativos	Outras receitas (i)
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020				
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(2.190.333)	(66)	-	37.049
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(248)	-	-	-
	<u>(2.190.581)</u>	<u>(66)</u>	<u>-</u>	<u>37.049</u>
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019				
Lala Brasil Holding Ltda.	(4.233)	(2.092)	-	83
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(2.110.250)	(73)	1	(36.507)
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(152)	-	-	-
	<u>(2.114.635)</u>	<u>(2.165)</u>	<u>1</u>	<u>(36.424)</u>

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	Compras de matérias primas, mercadorias e serviços	Juros passivos	Juros ativos	Outras receitas (i)
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020				
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(468)	-	-	-
	(468)	-	-	-
	Consolidado			
	Compras de matérias primas, mercadorias e serviços	Juros passivos		Outras receitas (i)
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019				
Lala Brasil Holding Ltda.	(4.232)	(2.092)		83
Come de Lacteos y Derivados, S.A. de C.V	-	-		5.902
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(279)	-		-
	(4.511)	(2.092)		5.985

- (i) Os montantes destacados na rubrica outras receitas referem-se a:
- (a) Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.: receita com arrendamento de direito de uso das instalações fabris que são de propriedade da Companhia; e
 - (b) Lala Brasil Holding Ltda.: receita referente a ressarcimento de despesas administrativas compartilhadas;

	31.12.2020	31/12/2019
Saldo inicial	-	60.391
Provisão de juros e outros encargos	-	2.092
Liquidações de principal	-	(60.000)
Liquidações de juros	-	(1.986)
Outras movimentações	-	(497)
Saldo final	-	-

11. 3 Clientes, fornecedores e outros

As transações mercantis entre as partes relacionadas referem-se à aquisição de produtos e serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais e são efetuadas com base em preços, taxas e condições acordadas entre as partes.

11. 4 Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores, por serviços nas respectivas áreas de competência, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 11.989 (10 membros) e em dezembro de 2019 foi de R\$ 20.649 (12 membros).

Os responsáveis pelas diretorias Comercial, Marketing, Jurídica, Recursos Humanos, Administração e Controle, Finanças e RI, Supply Chain, Industrial, Planejamento Estratégico e das Unidades de Negócio, além do Presidente, são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

12 Investimento em controlada

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha o controle integral da Dan Vigor. A seguir estão apresentadas informações consideradas relevantes desta controlada:

31 de Dezembro 2020	%	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	100%	1.572.525	23.351	201.733	2.212.520	(37.268)

31 de dezembro 2019	%	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	100%	1.183.811	23.351	239.001	2.015.397	130.741

A seguir a composição e a movimentação ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Dan Vigor	
	31.12.2020	31.12.2019
Participação societária	201.733	239.001
Resultado não realizado (i)	9.596	5.997
Agio	208.895	208.895
Marcas	51.530	51.530
Mais e menos valias de outros ativos e passivos	7.210	9.905
Total	478.964	515.328

- (i) Eliminação referente ao arrendamento firmado entre Vigor e Dan vigor.

	Dan Vigor
Saldo em 31.12.2018	366.155
Adições (i)	13.158
Equivalencia patrimonial (ii)	136.015
Saldo em 31.12.2019	515.328
Equivalencia patrimonial (ii)	(36.364)
Saldo em 31.12.2020	478.964

- (i) Em decorrência da incorporação da Lala Brasil (Nota 5); e

- (ii) O resultado de equivalência patrimonial é composto por:

	31.12.2020	31.12.2019
Resultado do exercício	(37.268)	130.741
Resultado não realizado	3.599	5.997
Realização de mais e menos valias	(2.695)	(723)
Total	(36.364)	136.015

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

13 Imobilizado

Controladora	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2020	31.12.2019
Imóveis	232.067	(129.369)	102.698	109.730
Terra nua e terrenos	178.866	-	178.866	194.334
Máquinas e equipamentos	444.608	(257.552)	187.056	213.030
Instalações	12.971	(11.771)	1.200	2.241
Equipamentos de informática	16.281	(9.882)	6.399	8.231
Veículos	704	(424)	280	392
Imobilizado em andamento	3.007	-	3.007	5.563
Outros	20.825	(8.703)	12.122	10.444
	909.329	(417.701)	491.628	543.965

	31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2020
Custo					
Imóveis	234.418	-	(2.351)	-	232.067
Terra nua e terrenos	194.334	-	(15.468)	-	178.866
Máquinas e equipamentos	444.197	435	(24)	-	444.608
Instalações	12.758	-	-	213	12.971
Equipamentos de informática	15.507	777	(3)	-	16.281
Veículos	704	20	(20)	-	704
Imobilizado em andamento	5.563	244	-	(2.800)	3.007
Outros	17.664	361	-	2.800	20.825
	925.145	1.837	(17.866)	213	909.329
Depreciação					
Imóveis	(124.688)	(7.114)	2.433	-	(129.369)
Máquinas e equipamentos	(231.167)	(26.391)	6	-	(257.552)
Instalações	(10.517)	(1.254)	-	-	(11.771)
Equipamentos de informática	(7.276)	(2.606)	-	-	(9.882)
Veículos	(312)	(112)	-	-	(424)
Outros	(7.220)	(1.483)	-	-	(8.703)
	(381.180)	(38.960)	2.439	-	(417.701)
Líquido	543.965	(37.123)	(15.427)	213	491.628

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2020	31.12.2019
Imóveis	243.338	(133.925)	109.413	115.005
Terra nua e terrenos	178.865	-	178.865	194.333
Máquinas e equipamentos	579.180	(296.945)	282.235	302.423
Instalações	35.888	(14.536)	21.352	17.873
Equipamentos de informática	17.286	(10.455)	6.831	8.732
Veículos	804	(528)	276	404
Imobilizado em andamento	47.215	(11.719)	35.496	27.619
Outros	44.572	-	44.572	35.722
	1.147.148	(468.108)	679.040	702.111

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2020
Custo					
Imóveis	243.923	1.134	(2.351)	632	243.338
Terra nua e terrenos	194.333	-	(15.468)	-	178.865
Máquinas e equipamentos	562.212	18.115	(368)	(779)	579.180
Instalações	29.616	6.626	-	(354)	35.888
Equipamentos de informática	16.430	841	(3)	18	17.286
Veículos	804	20	(20)	-	804
Imobilizado em andamento	36.147	14.384	(59)	(3.257)	47.215
Outros	35.722	4.945	(8)	3.913	44.572
	1.119.187	46.065	(18.277)	173	1.147.148
Depreciação					
Imóveis	(128.918)	(7.438)	2.431	-	(133.925)
Máquinas e equipamentos	(259.789)	(37.435)	279	-	(296.945)
Instalações	(11.743)	(2.789)	-	(4)	(14.536)
Equipamentos de informática	(7.698)	(2.757)	-	-	(10.455)
Veículos	(400)	(128)	-	-	(528)
Outros	(8.528)	(3.191)	-	-	(11.719)
	(417.076)	(53.738)	2.710	(4)	(468.108)
Líquido	702.111	(7.673)	(15.567)	169	679.040

A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Imóveis	1,67%	5,00%	1,67%	5,00%
Máquinas e equipamentos	3,33%	10,00%	3,33%	10,00%
Instalações	3,33%	10,00%	3,33%	10,00%
Equipamentos de informática	20,00%	33,33%	20,00%	33,33%
Veículos	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Outros	3,33%	33,33%	3,33%	33,33%

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

14 Direitos de uso sobre ativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 42 contratos de arrendamento com prazo médio de 32 meses, e em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 72 contratos com prazo médio de 24 meses de arrendamento de direito de uso registrados no ativo. A relação dos bens que estão arrendados é diversificada. Os principais são máquinas e equipamentos utilizados nas fábricas e centros de distribuição, os imóveis onde estão instalados os centros de distribuição e veículos que são utilizados por funcionários da área comercial e administrativa. A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida durante o exercício:

Controladora					
	31.12.2019	Adições	Remensuração	Depreciação	31.12.2020
Imóveis	7.819	18.521	4.008	(8.175)	22.173
Maquinas e equipamentos	8.843	-	1.542	(2.568)	7.817
Veiculos	2.734	10.996	222	(4.276)	9.676
	19.396	29.517	5.772	(15.019)	39.666

Consolidado					
	31.12.2019	Adições	Remensuração	Depreciação	31.12.2020
Imóveis	22.750	3.647	664	(20.989)	6.072
Maquinas e equipamentos	48.049	31.677	1.601	(12.389)	68.938
Veiculos	16.111	11.504	518	(7.759)	20.374
	86.910	46.828	2.783	(41.137)	95.384

15 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ágio				
Laticínios Serrabella Ltda.	1.459	1.459	1.459	1.459
S/A Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor	860.946	860.946	860.946	860.946
Laticínios MB Ltda.	13.304	13.304	13.304	13.304
Dan Vigor Ind. e Com. de Laticínios Ltda.	-	-	208.895	208.895
Vigor alimentos S.A.	2.118.587	2.118.587	2.118.587	2.118.587
	2.994.296	2.994.296	3.203.191	3.203.191
Marcas e patentes	638.753	644.401	690.283	695.931
Softw are	15.444	11.731	15.811	12.037
Acordo de não competição	-	2.962	-	2.962
Relacionamento com cliente	36.952	39.642	48.255	51.815
	3.685.445	3.693.032	3.957.540	3.965.936

Controladora	31.12.2019	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	31.12.2020
Ágio	2.994.296	-	-	-	-	2.994.296
Marcas e patentes	644.401	-	(5.648)	-	-	638.753
Softw are	11.731	8.579	-	(4.653)	(213)	15.444
Acordo de não competição	2.962	-	-	(2.962)	-	-
Relacionamento com cliente	39.642	-	-	(2.690)	-	36.952
	3.693.032	8.579	(5.648)	(10.305)	(213)	3.685.445

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Consolidado	31.12.2019	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	31.12.2020
Ágio	3.203.191	-	-	-	-	3.203.191
Marcas e patentes	695.931	-	(5.648)	-	-	690.283
Software	12.037	8.713	-	(4.770)	(169)	15.811
Acordo de não competição	2.962	-	-	(2.962)	-	-
Relacionamento com cliente	51.815	-	-	(3.560)	-	48.255
	<u>3.965.936</u>	<u>8.713</u>	<u>(5.648)</u>	<u>(11.292)</u>	<u>(169)</u>	<u>3.957.540</u>

Ágio

Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio ("goodwill") fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nos da controladora. Já no balanço individual da controladora, o ágio referente à Dan Vigor fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de ativos não circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Laticínios Serrabella Ltda.

No ano de 2008, a controlada Vigor adquiriu 100% do capital do Laticínios Serrabella Ltda., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 1.459, que por não ter vida útil definida não é amortizado, mas, todavia, a sua recuperação é testada anualmente.

S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

Em janeiro de 2012, houve a cessão do investimento a valor contábil da JBS S.A., incluindo ágio, na S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor para capitalização na controlada Vigor. Tal cessão ocorre em função de uma transação sob controle comum, em que a JBS S.A. efetuou capitalização de R\$ 1.191.373 na Vigor, através de cessão a valor contábil de seu investimento (R\$ 330.427) e ágio (R\$ 860.946) na S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor.

Laticínios MB Ltda.

Em novembro de 2012, a Vigor adquiriu 100% da Laticínios MB Ltda., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 13.304.

Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.

Em fevereiro de 2015, apurou um ágio de R\$ 208.895 referente a compra de 50% da Dan Vigor.

Vigor Alimentos S.A.

Em decorrência do evento informado na nota 5, em Julho de 2019, houve a incorporação reversa da Lala Brasil Holding Ltda. pela Vigor Alimentos S.A. incrementando ágio de R\$ 2.118.587. Este montante é parte do valor do intangível adicionado em função da combinação de negócios conforme apresentado no quadro acima.

Teste para verificação de perda do valor recuperável ("Impairment") de ativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados na produção e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 20 anos e, a partir de então, considerou-se a perpetuidade do fluxo tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de vinte anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de vinte anos foi de 3,94% (4,26% em 2019) ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 9,24% (9,66% em 2019), também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas:** As receitas foram projetadas entre 2021 e 2040, considerando os crescimentos de volumes e dinâmica de preços das diferentes categorias de produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento previsto das receitas.
- **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infraestrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado com base nas projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a baixa da marca Serrabela no montante de R\$ 5.648, o valor foi devidamente registrado no resultado do exercício e apresentado na rubrica "Outras (despesas) receitas" na demonstração do resultado do exercício. A referida baixa faz parte do planejamento estratégico da Companhia onde os produtos comercializados pela marca baixada passaram a ser comercializados com a marca Vigor.

16 Fornecedores e fornecedores risco sacado

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Mercado Interno				
Materiais, Insumos e serviços	6.397	29.137	167.999	314.936
Produtos acabados	324.255	84.568	204.162	1.458
	330.652	113.705	372.161	316.394
Mercado Externo				
Insumos	210	52	13.161	2.629
	330.862	113.757	385.322	319.023

b) Fornecedores risco sacado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores risco sacado	18.025	18.530	337.716	179.081

Alguns fornecedores tem a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso. A negociação da taxa de desconto é realizada diretamente entre Banco e fornecedor, no momento da formalização de cada operação de cessão.

Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo, e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticado previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores.

17 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

Modalidade	Custo	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Em moeda nacional					
Capital de Giro - Taxa Pré	7,24% (Sw ap a CDI + 0,75% a.a)	-	-	25.022	1.514
Capital de Giro - Taxa Pós	CDI + 1,80% a.a.	-	-	87.565	-
CPRF	5,83% (Sw ap a CDI + 3,43% a.a)	-	-	103.228	-
Finame	3,08% a.a.	2.249	2.251	2.249	2.251
		2.249	2.251	218.064	3.765
Em moeda estrangeira					
Lei 4131 - EUR	0,61% a.a. (Sw ap a CDI + 0,78% a.a.)	281.241	14	281.241	14
Lei 4131 - USD	2,15% a.a (Sw ap a CDI + 3,25% a.a)	77.609	-	77.609	-
FINIMP	4,34% a.a.	-	-	1.776	16.423
		358.850	14	360.626	16.437
		361.099	2.265	578.690	20.202

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Passivo não circulante

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	Custo financeiro	Vencimento	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Em moeda nacional						
Capital de Giro	7,24% (Sw ap a CDI + 0,75% a.a)	19.06.2023	-	-	37.351	60.000
Finame	3,28% a.a.	15.07.2024	3.004	5.245	3.004	5.245
Total moeda nacional			3.004	5.245	40.355	65.245
Em moeda estrangeira						
Lei 4131 - EUR	0,61% a.a. (Sw ap a CDI +0,78% a.a.)	25.06.2021	-	198.371	-	198.371
Total moeda estrangeira			3.004	203.616	40.355	263.616

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	200.612	-	224.612
2022	2.188	2.188	27.089	26.188
2023	760	760	13.210	12.760
2024	56	56	56	56
	3.004	203.616	40.355	263.616

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	205.881	358.781	283.818	581.037
Captações	78.750	200.000	279.874	302.979
Amortizações de principal	(2.241)	(378.978)	(36.367)	(626.422)
Juros pagos	(2.402)	(7.678)	(7.375)	(27.730)
Despesas de juros e encargos	3.705	9.801	15.196	28.131
Variações cambiais	80.410	23.955	83.899	25.823
Saldo final	364.103	205.881	619.045	283.818

A operação apresentada na rubrica "Lei 4131 – USD" que possui natureza de capital de giro está sujeita ao vencimento antecipado em caso da não observância dos índice financeiros "Dívida Líquida/EBITDA" Inferior a 4,0x ou "EBITDA/ Saldo Juros Financeiros" superior a 3,0x com base nos últimos 12 meses consolidados apurados no fechamento de cada trimestre até o final do contrato.

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos as seguintes cláusulas de vencimento antecipado (Covenants):

- 1) Obter e manter em vigor todas as autorizações e aprovações governamentais necessárias para que possa cumprir suas obrigações bem como preservar todas as ações necessárias para manutenção normal dos negócios.
- 2) Não tornar-se um "Facta- FFI" ou contribuinte americano;

- 3) Cumprir integralmente todas as leis ambientais e manter todas as licenças / permissões exigidas pelas leis Ambientais aplicáveis, não possuindo passivos ambientais relacionados ao imóvel beneficiado e estar em dia como as leis de segurança de trabalho e proteção à saúde;
- 4) Caso a Companhia ou seus fiadores tiverem títulos de sua responsabilidade ou coobrigação protestado ou sofrerem execução/arresto de bens, que possa comprometer a capacidade de pagamento, exceto se devidamente comprovado que foram cancelados, suspensos ou efetuados por erro;
- 5) Existência de decisão administrativa final sancionada por um órgão competente, em razão de prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, bem como trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo, assédio moral, sexual ou proveito criminoso de prostituição;
- 6) Cumprir com todas as obrigações financeiras de origem tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária.
- 7) Não incorrer em alteração da estrutura societária ou de capital social sem autorização, exceto nas situações previstas em contrato.
- 8) Não distribuir dividendos ou sobre capital próprio acima do mínimo estabelecido em lei ou do que estiver estabelecido em contrato.
- 9) Manter, preservar e salvaguardar seus bens e ativos de valores relevantes e manter seguro os ativos da Companhia da forma como estipulado em contrato.
- 10) Venda, transferência, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos, exceto na forma prevista em contrato ou sob previa autorização.
- 11) Não constituir garantias reais, ônus, gravames em favor de terceiros, exceto nos casos previstos em contrato.
- 12) Venda de bem dado em garantia (Finame).
- 13) Não descumprir normas e procedimentos do BNDES (Finame).
- 14) Falta de entrega de documentos relacionados a operação quando solicitados e não fornecidos dentro do prazo ou a prestação falsa de informações.
- 15) Inadimplemento financeiro relacionado ao contrato com o banco ou qualquer outro contrato com terceiros bem como não ter nenhuma imposição de vencimento antecipado de dívida.
- 16) Transferência de direitos e obrigações do contrato sem autorização.
- 17) Aplicar os recursos do empréstimo em finalidade estranha a definida em contrato.
- 18) Cumprir com as obrigações tributárias relacionadas a operação.
- 19) Não incorrer em obrigações financeiras que sejam estranhas aos negócios normais da Companhia.
- 20) Alteração de objeto social/atividade econômica principal.
- 21) Incorrer em falência, insolvência, recuperação judicial, regime de administração especial, extinção, liquidação, penhor de bens em garantia ou não reconstituição de garantias defasadas.
- 22) Questionamento judicial do contrato/declaração judicial de invalidade, ineficácia, nulidade ou inexecutabilidade de partes relevantes do contrato.
- 23) Não praticar atos contra as leis de corrupção, proteção de dados, terrorismo, sanções econômicas (OFAC) atos lesivos contra a administração pública ou receber denúncias nestes âmbitos.
- 24) Não ter processos judiciais contra CompanhiaC executáveis ou cujo recurso não tenha sido impetrado no tempo estipulado e cujo impacto financeiro seja relevante.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

- 25) Manter em dia toda documentação suporte da operação e autorizações necessárias a liquidação da operação e manter os dados da Companhia atualizados junto ao Credor.
- 26) Não sofrer uma mudança relevante no seu estado econômico financeiro.
- 27) Não exercer nenhuma atividade relacionada a pesquisa ou projeto com o fim de obter Organismos Geneticamente Modificados – OGM.
- 28) Não entrar em qualquer transação com qualquer Afiliado que não seja normal aos negócios em termos justos e razoáveis, não menos favorável do que comparável com uma Pessoa que não seja uma Afiliada.
- 29) Não ter parte relevante da receita ou dos ativos da Companhia nacionalizada, desapropriada, compulsoriamente tomada ou bloqueada.
- 30) Não ter imposição por autoridade competente de restrição em relação a movimentação de recursos financeiros ou transferência de recursos em moeda estrangeira ou ainda declaração de moratória sobre uma dívida não paga.
- 31) Falta de acordo para substituição de índice componente do custo da operação quando este deixar de existir e não houver uma alternativa pré-estabelecida.
- 32) Não prestar informação falsa/incorrecta e quando por engano for possível a correção, fazê-la em tempo hábil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições contratuais.

18 Debêntures

Modalidade	Custo	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures (principal)	CDI + 0,63% a.a	25/09/2023	190.000	190.000	190.000	190.000
Remuneração			1.291	2.796	1.291	2.796
(-) Custo para emissão			(909)	(1.323)	(909)	(1.323)
			<u>190.382</u>	<u>191.473</u>	<u>190.382</u>	<u>191.473</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Passivo circulante	38.961	2.383	38.961	2.383
Passivo não circulante	151.421	189.090	151.421	189.090
	<u>190.382</u>	<u>191.473</u>	<u>190.382</u>	<u>191.473</u>

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

A seguir cronograma de amortização do saldo de longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	37.669	-	37.669
2022	75.669	75.669	75.669	75.669
2023	75.752	75.752	75.752	75.752
	151.421	189.090	151.421	189.090

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	191.473	-	191.473	-
Captações	-	190.000	-	190.000
Custos para emissão pagos	-	(1.323)	-	(1.323)
Juros pagos	(7.867)	-	(7.867)	-
Despesas de juros e encargos	6.776	2.796	6.776	2.796
Saldo final	190.382	191.473	190.382	191.473

Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas um total de 190.000 (cento e noventa milhões), sendo o valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Os recursos captados foram destinados a liquidação de outra operação de empréstimo que venceu em 01 de outubro de 2019.

A operação está sujeita ao vencimento antecipado na ocorrência de um dos eventos abaixo descritos:

- 1) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de sua controlada;
- 2) Incorrer em falência, insolvência, recuperação judicial, regime de administração especial, extinção, liquidação, penhor de bens em garantia ou não reconstituição de garantias defasadas;
- 3) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures;
- 4) Transformação do tipo societário da Companhia;
- 5) Aplicação dos recursos líquidos oriundos da captação em destinação diversa da descrita na escritura de emissão;
- 6) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas no mercado de capitais ou financeiros das quais a Companhia seja parte devedora ou garantidora acima do máximo acordado;
- 7) Redução do capital social, exceto se para absorção de prejuízos ou se previamente autorizado por debenturistas;
- 8) Distribuição de dividendos, incluindo juros de capital próprio ou a título de antecipação, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- 9) Cisão, fusão ou incorporação ou quaisquer reorganizações societárias envolvendo a Companhia e sua controlada, exceto a) entre controladas, controladoras e/ou coligadas pertencentes ao mesmo grupo econômico da

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Companhia; b) reorganização societária com a finalidade exclusiva de realizar operações de aquisição de sociedades; c) exclusivamente para os casos em que as referidas operações societárias sejam realizadas com o cumprimento comprovado do parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, e de outras regulamentações, quando aplicáveis;

- 10) Mudança no controle acionário direto ou indireto, exceto se a alteração for realizada dentro do grupo econômico; e
- 11) Questionamento judicial iniciado pela Companhia sobre a validade ou exequibilidade da Escritura de Emissão.
- 12) Protesto de títulos da Emissora igual ou superior ao valor acordado.
- 13) Não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial exequível, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou suas respectivas controladas acima do valor acordado.
- 14) Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada (quando existir) dentro do prazo de cura previsto.
- 15) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos pela emissora acima do percentual estabelecido na Escritura.
- 16) Constituição, pela Emissora, a qualquer tempo, ainda sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus, gravames em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, e/ou fidejussória em valor acima do estabelecido.
- 17) Se for verificada a invalidade, ineficácia, nulidade ou inexecutibilidade de quaisquer disposições relevantes da Escritura de Emissão, bem como de seus aditamentos, por meio de decisão judicial cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos dentro do prazo previsto.
- 18) Oferecimento de denúncia que trate sobre qualquer descumprimento, pela Emissora, das normas que lhe são aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e/ou atos lesivos contra a administração pública, nacionais ou estrangeiras, incluindo a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e o Decreto nº 8.420/15
- 19) Se a Emissora incentivar, de qualquer forma, (i) a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo, ou (ii) práticas de seus colaboradores que possam ser caracterizadas como assédio sexual pela legislação aplicável.
- 20) Descumprimento, pela Emissora, das Leis Ambientais e Trabalhistas (conforme abaixo definido), incluindo mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, conforme aplicáveis à Emissora, exceto (a) por aquelas determinações questionadas nas esferas judiciais e/ou administrativas e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade estejam suspensas; e/ou (b) por aquelas que não causarem um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido).
- 21) Fornecedor ao Agente Fiduciário todas as informações estabelecidas na Escritura
- 22) Manter seus bens e ativos estratégicos e/ou que individualmente representem mais do que 5% (cinco por cento) do valor do seu ativo total, com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora e do mercado.
- 23) Cumprir todas as normas vigentes do mercado de capitais em relação a operação de Debênture.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

A Companhia está em conformidade com todas as restrições contratuais.

19 Arrendamentos a pagar

O passivo de arrendamento foi mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando conforme descrito a seguir. A Companhia analisou os prazos firmados em cada contrato e identificou que alguns envolvem bens que a expectativa de utilização vai além do período contratual. Para esses contratos existem cláusulas de renovações automáticas ou está condicionado ao desejo da própria Companhia para renovação. Dessa forma, os prazos considerados consistem na expectativa de continuidade do contrato.

As taxas de juros consideradas para todos os contratos são as taxas reais necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma e são revisadas anualmente. Para identificar as taxas adotadas foram utilizados indicadores de mercado e indicadores internos. As taxas utilizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 variam de 3,52% a.a. à 5,82% a.a (em 31 de dezembro de 2019 variam de 5,26% a.a. à 5,81%). atribuídas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos.

A seguir está apresentada a movimentação ocorrida durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial	20.168	-	90.453	-
Adoção inicial	-	24.940	-	77.384
Novos arrendamentos	29.517	7.497	46.830	30.747
Remensuração arrendamentos	5.773	(6.594)	2.781	3.370
Juros apropriados	2.128	2.400	5.978	7.912
Liquidações	(16.212)	(8.075)	(43.900)	(28.960)
Saldo Final	41.374	20.168	102.142	90.453
Passivo circulante	17.379	4.817	38.258	27.633
Passivo não circulante	23.995	15.351	63.884	62.820
Total	41.374	20.168	102.142	90.453

20 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Salários e encargos sociais	14.831	18.783	23.417	29.360
Provisões para férias, 13º e encargos	14.859	12.997	25.809	23.790
Imposto de renda e contribuição social retido	1.215	1.404	1.820	2.007
ICMS a recolher	3.497	2.159	9.653	7.913
PIS e COFINS a recolher	3.584	5.907	4.273	6.528
Parcelamentos tributários (a)	101.709	137.224	101.709	137.224
Outros	306	87	784	318
	140.001	178.561	167.465	207.140
Passivo circulante	61.069	69.317	88.116	97.409
Passivo não circulante	78.932	109.244	79.349	109.731
	140.001	178.561	167.465	207.140

a) Parcelamentos tributários

1.) Parcelamento federal – Lei nº 11.941, de 27.05.2009

Em novembro de 2009, a Vigor aderiu ao parcelamento de débitos federais com a opção de liquidar os valores correspondentes a multas e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União, com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios.

A norma legal estabeleceu que até o mês anterior ao da consolidação do parcelamento, o contribuinte estaria obrigado ao pagamento, a cada mês, de prestação em valor não inferior a R\$ 100,00 (cem reais). Somente após a consolidação do parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a empresa procedeu ao recolhimento das parcelas pelo valor correto, qual seja, o valor correspondente à divisão do montante do débito consolidado, computadas as prestações pagas, pelo número de prestações restantes.

A opção do parcelamento se deu em 180 (cento e oitenta) parcelas do saldo devedor acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC, em dezembro de 2019 a Companhia possuía o saldo remanescente de 58 (cinquenta e oito) parcelas, e em dezembro de 2020 a Companhia possuía o saldo remanescente de 46 (quarenta e seis) parcelas.

2.) Parcelamento federal – Lei nº 13.496, de 24.10.2017

Em outubro de 2017 a Vigor aderiu ao parcelamento de débitos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e inscritos em Dívida Ativa da União, por meio do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), mediante o pagamento de 20% da dívida consolidada vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas com reduções de 80% dos juros de mora, 50% das multas de mora e de 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios, em dezembro de 2019 a Companhia possuía o saldo remanescente de 121 (cento e vinte e um) parcelas, e em dezembro de 2020 a Companhia possuía o saldo remanescente de 109 (cento e nove) parcelas.

3.) Parcelamento federal – Lei nº 13.606, de 09.01.2018

Em outubro de 2018 a Vigor aderiu ao PRR (Programa de Regularização Tributária Rural), que trata do parcelamento das contribuições de que tratam o artigo 25 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, e o artigo 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, mediante o pagamento do valor correspondente a, no mínimo, 2,5% do valor da dívida consolidada, em até 02 parcelas iguais e sucessivas, e pagamento do restante da dívida consolidada por meio de parcelamento em até 176 prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir do mês de janeiro de 2019, equivalentes a 0,3% (três décimos por cento) da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, com redução de 100% do valor correspondente às multas de mora e de ofício e de 100% (cem por cento) dos juros de mora, em dezembro de 2019 a Companhia possuía o saldo remanescente de 121 (cento e vinte e um) parcelas, e em dezembro de 2020 a Companhia possuía o saldo remanescente de 109 (cento e nove) parcelas.

Nos quadros a seguir temos a posição dos saldos dos parcelamentos tributários que a Companhia fez a adesão:

	Consolidado			
	Federais	Estaduais	SENAI	Total
31.12.2019	136.599	189	436	137.224
Juros	2.554	1	6	2.561
Compensações e liquidações	(37.816)	(190)	(70)	(38.076)
31.12.2020	101.337	-	372	101.709

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Cronograma de pagamentos	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
2020	-	8.686
2021	26.123	33.264
2022	23.935	24.446
2023	23.933	24.446
Até 2030	27.718	46.382
	101.709	137.224

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Federais	101.337	136.599
Estaduais	-	189
SENAI	372	436
Total de parcelamentos tributários	101.709	137.224

A Companhia não possui saldos de parcelamentos tributários em sua controlada Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.

21 Provisão para riscos processuais e depósito judiciais, cauções e outros

A Vigor é parte envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível em andamento, os quais envolvem riscos em caso de perda. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa e/ou em trâmite na esfera judicial.

Em alguns processos faz-se necessário que a Companhia destine recursos financeiros a contas judiciais ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízos, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de passivos que estão sendo discutidos judicialmente.

Adicionalmente, a Companhia possui um ativo de compensação, onde considerando o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Grupo J&F e Grupo Lala para a compra das ações da Vigor, as Demandas de Terceiro contra a Vigor, estão sujeitas a indenização, nos termos da Cláusula 10, cujo fato gerador seja anterior à data do fechamento da operação, até o limite de R\$ 1.000.000. Considerando a mesma cláusula, o limite de indenização a atualização pelo índice IGPM nos anos em que este for superior a 10%, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 este limite possui valor de R\$ 1.351.743 (Em 31 de dezembro de 2019 R\$ 1.110.290), dos quais um total de R\$ 119.284 foram recebidos desde a celebração do contrato, sendo R\$ 14.449 em 2020.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Com base no posicionamento da Administração, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a Administração da Companhia e de sua controlada mantêm provisão para riscos em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis. A seguir estão apresentados os valores registrados, bem como a sua natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	176.813	259.654	181.027	261.645
Cíveis	6.469	3.381	6.629	3.975
Fiscais e Previdenciárias	331.181	465.173	331.181	465.245
Total	514.463	728.208	518.837	730.865

	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2020
Controladora	728.208	43.232	(256.977)	514.463
Consolidado	730.865	51.098	(263.126)	518.837

Processos trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com base na avaliação de risco feita pela Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 176.813 (R\$ 181.027 no consolidado) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nas ações em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários. As ações, em sua maioria, são movidas por ex-empregados e terceiros, e os principais pedidos dizem respeito à jornada de trabalho, pedidos de vínculo empregatício, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, bem como suposta ocorrência de acidentes de trabalho.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 20.129 (R\$ 24.109 no consolidado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 20.798 (R\$ 22.340 no consolidado).

Processos cíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a expectativa de perda provável é de R\$ 6.469 (R\$ 6.629 no consolidado), sendo que esse montante está provisionado. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por rescisão de contratos de representação comercial e de prestação de serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 6.629 (R\$ 6.910 no consolidado), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 16.586 (R\$ 18.188 no consolidado).

Processos fiscais e previdenciárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a expectativa de perda provável é de R\$ 331.181 (R\$ 331.181 consolidado), sendo que esse montante está provisionado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível totalizavam R\$ 232.753 (R\$ 310.951 no consolidado), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível totalizavam R\$ 404.586 (R\$ 523.510 no consolidado). As principais ações com probabilidade de perda possível são:

- (i) R\$ 22.627 - Processo que discute a exigência de débitos previdenciários regularmente compensados com créditos homologados pela Receita Federal;
- (ii) R\$ 141.557 - ICMS/MG: Processo que discute a manutenção da base de cálculo do imposto empregada nas transferências internas, resguardada por meio de regime especial;
- (iii) R\$ 142.273 - ICMS/RJ: Processo que discute manutenção dos incentivos fiscais recebidos do RioLog;
- (iv) R\$ 13.005 - ICMS/PR: Processo que discute a manutenção dos créditos presumidos do imposto em operações resguardadas pela legislação;
- (v) R\$ 20.274 - ICMS/MG: Processo que discute a manutenção do crédito presumido concedido por meio de Regime Especial; e
- (vi) R\$ 139.762 - PIS/COFINS: Processo que discute a manutenção de créditos.

22 Impostos sobre o lucro

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	51.897	36.467	25.119	32.715
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de impostos sobre o lucro	(17.645)	(12.399)	(8.540)	(11.123)
Ajuste para demonstração da alíquota efetiva				
(Adições) exclusões permanente:	(12.660)	56.084	5.013	58.560
Resultado de equivalência patrimonial	(12.364)	46.245	-	-
Incentivos fiscais	-	11.378	6.352	58.780
Despesas indedutíveis (Receitas não tributáveis), Liquidadas.	(3.431)	11.684	(4.474)	13.003
Reativação (baixas) de prejuízos de exercícios anteriores	3.135	(13.223)	3.135	(13.223)
Impostos diferidos sobre o lucro	(30.305)	43.685	(3.527)	47.437
Alíquota efetiva	-172%	-120%	-41%	-145%
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	(30.305)	43.685	(3.527)	47.437
	(30.305)	43.685	(3.527)	47.437

b) Composição do saldo de impostos sobre o lucro diferidos no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
	Reapresentado		Reapresentado	
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (i)	153.211	71.111	201.137	96.849
Reserva de reavaliação	(28.243)	(29.131)	(28.243)	(29.131)
Ganho na aquisição de investimentos (Dan Vigor)	(43.842)	(43.842)	(43.842)	(43.842)
Agio e mais valia de investimentos (i)	(346.988)	(235.940)	(352.016)	(242.346)
Outras diferenças temporárias ativas e passivas	18.699	20.943	27.112	26.145
Total	(247.163)	(216.859)	(195.852)	(192.325)
Ativo	-	-	56.254	27.623
Passivo	(247.163)	(216.859)	(252.107)	(219.948)

(i) Foram reapresentados conforme nota explicativa 4

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

(i) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

(ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controlada, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

(iii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimento em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Estão apresentados no balanço pela natureza do valor líquido de acordo com os saldos individuais (Controladora e subsidiária Dan Vigor).

Em função de outros elementos que são utilizados para compensação no cálculo dos impostos sobre o lucro, a expectativa da Administração é de iniciar a realização dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a partir do exercício de 2026. Considerando o montante atual, o período para realização seria de aproximadamente 5 anos, no entanto, este período estimado é incerto e está vinculado a diversos fatores que podem ou não estar sob controle da Administração.

23 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R\$ 1.507.934 (um bilhão, quinhentos e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), dividido em 179.465.112 (cento e setenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e doze ações) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor.

Em decorrência da incorporação informada na nota 5 o capital social foi incrementado em R\$ 2.450.000 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), dividido em 176.385.890 (cento e setenta e seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa) ações ordinárias.

Sendo assim, a partir de 01 de julho de 2019, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 3.957.934 (três bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), dividido em 355.851.002 (trezentas e cinquenta e cinco milhões, oitocentas e cinquenta e uma mil e duas) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

A Companhia ainda está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações. A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reserva de capital

Em decorrência da incorporação reversa da Lala Brasil (Nota 5) foi constituída a reserva de capital que representa a diferença entre o patrimônio líquido da Companhia e da antiga acionista controladora no momento da conclusão da operação. A reserva foi inicialmente constituída pelo valor de R\$ 2.660.615 e posteriormente o montante de R\$ 2.450.000 foi destinado para aumento do capital social.

c) Reservas de lucros

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para contingências

Nos termos do artigo 195 da Lei 6.404/76, a Administração poderá constituir destinar parte do lucro líquido a formação desta reserva com finalidade de compensar em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável.

Lucro a realizar

Reserva constituída em função do ganho de participação detida com a compra dos 50% restante da empresa Dan Vigor no exercício de 2015.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

Incentivos Fiscais

Constituída por Incentivos Fiscais provenientes do ICMS concedidos e convalidados nos termos da Lei Complementar 160/17 e Convênio ICMS 190/17 caracterizados como subvenção de investimento.

O valor correspondente a Subvenção de Investimento em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidas na demonstração do resultado do exercício para que não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas sem serem oferecidos a tributação conforme regulamentado.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

24 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Mercado interno	3.254.397	2.969.307	3.521.920	3.117.943
Mercado externo	6.551	3.684	7.975	5.879
	3.260.948	2.972.991	3.529.895	3.123.822
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(380.324)	(384.644)	(381.306)	(385.454)
Impostos sobre as vendas	(284.737)	(244.518)	(325.182)	(291.622)
	(665.061)	(629.162)	(706.488)	(677.076)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.595.887	2.343.829	2.823.407	2.446.746

25 Resultado por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Operações continuadas		Operações descontinuadas	
	2020	2019	2020	2019
Resultado atribuível aos acionistas - R\$	21.592	80.152	-	95.243
Média ponderada de ações do exercício - milhares	355.851	267.658	355.851	267.658
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	0,06	0,30	-	0,36

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

26 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Receita de variação cambial	4.204	16.707	10.410	22.421
Juros Ativos	11.590	13.191	14.608	18.942
	15.794	29.898	25.018	41.363
Despesas financeiras				
Despesa de variação cambial	(3.668)	(16.714)	(9.894)	(23.532)
Juros Passivos	(21.039)	(28.966)	(33.349)	(50.613)
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(2.225)	(4.220)	(2.714)	(6.133)
	(26.932)	(49.900)	(45.957)	(80.278)
Resultado financeiro líquido	(11.138)	(20.002)	(20.939)	(38.915)

27 Despesas por natureza

A Companhia apresenta a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e função:

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Propaganda e publicidade	(67.734)	(116.044)	(68.086)	(116.090)
Perdas de créditos esperadas	(609)	(7.985)	(614)	(7.985)
Matéria prima, materiais de uso e consumo, serviços e fretes.	(2.156.214)	(2.093.533)	(2.273.557)	(1.903.839)
Despesas com depreciação (nota explicativa 13 e 14)	(53.246)	(41.488)	(93.970)	(62.120)
Despesas com amortização (nota explicativa 15)	(10.305)	(7.151)	(11.292)	(15.264)
Despesas com pessoal	(219.472)	(215.731)	(317.128)	(319.902)
Remuneração de capitais de terceiros	(3.064)	(4.675)	(9.182)	(8.329)
Outras Receitas (despesas), Líquidas	14.156	63.232	(3.520)	58.413
	(2.496.488)	(2.423.375)	(2.777.349)	(2.375.116)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2020	2019	2020	2019
Custo dos produtos vendidos	(2.173.097)	(1.946.288)	(2.151.493)	(1.796.811)
Administrativas e gerais	(117.045)	(128.076)	(164.673)	(151.580)
Despesas com vendas	(224.818)	(419.241)	(479.623)	(507.019)
Outras receitas e (despesas) operacionais	18.472	70.230	18.440	80.294
	(2.496.488)	(2.423.375)	(2.777.349)	(2.375.116)

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

28 Cobertura de seguros

No quadro abaixo está demonstrada a cobertura de seguros da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

Modalidade	Tipo de Cobertura	Vigência	Controladora	Consolidado
Automóveis	Incêndio, roubo e colisão	11/07/2021	TABELA FIPE	TABELA FIPE
Responsabilidade civil	Riscos contra terceiros e Administradores.	20/01/2022	62.340	62.340
Riscos operacionais	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques e máquinas e equipamentos.	11/01/2022	151.000	151.000
Transporte Internacional de Mercadorias - Importação	Consideram-se segurados todos os bens e/ou mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, devidamente acondicionadas em embalagem apropriada a sua natureza e viagem.	31/08/2021	2.000	2.000
Cyber	Indenizar o Segurado e eventuais terceiros em prejuízos relacionados à Proteção de Dados e Riscos Cibernéticos	01/01/2021	19.400	19.400
			234.740	234.740

29 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e risco de liquidez.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Nossas estratégias compreendem análises das demonstrações financeiras de nossos clientes e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI.

Exposição à taxa CDI:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo				
Aplicações financeiras	498.742	190.115	498.919	190.965
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	(87.565)	-
Debêntures	(190.382)	(191.473)	(190.382)	(191.473)
Parcelamentos Tributários	(101.709)	(137.224)	(101.709)	(137.224)
Exposição líquida	206.651	(138.582)	119.263	(137.732)

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2020, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A taxa de CDI foi retirada do site Banco Central.

Exposição à taxa CDI:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo				
Aplicações financeiras	498.742	190.115	498.919	190.965
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	(87.565)	-
Debêntures	(190.382)	(191.473)	(190.382)	(191.473)
Parcelamentos Tributários	(101.709)	(137.224)	(101.709)	(137.224)
Exposição líquida	206.651	(138.582)	119.263	(137.732)

Controladora	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
			Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Aplicações financeiras	Aumento da taxa	-	2.369	4.738
Debêntures		-	(904)	(1.809)
Parcelamentos Tributários		-	(483)	(966)
Total		-	982	1.963
Premissa	Taxa	1,90%	2,38%	2,85%

c) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

O risco é decorrente de variação cambial sobre empréstimos, contas a receber e a pagar em moedas estrangeiras decorrentes de exportações e importações, e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial em 31 de dezembro de 2020 e dezembro de 2019, bem como os efeitos dessas contas no resultado do exercício:

Controladora	31.12.2020			31.12.2019			Efeitos no resultado
	USD	EUR	TOTAL	USD	EUR	TOTAL	31.12.2020
Ativo							
Contas a receber	4.762	-	4.762	1.006	-	1.006	593
Subtotal	4.762	-	4.762	1.006	-	1.006	593
Passivo							
Empréstimos	(77.609)	(281.241)	(358.850)	-	(198.385)	(198.385)	80.410
Fornecedores	(210)	-	(210)	(52)	-	(52)	-
Subtotal	(77.819)	(281.241)	(359.060)	(52)	(198.385)	(198.437)	80.410
Total da exposição	(73.057)	(281.241)	(354.298)	954	(198.385)	(197.431)	81.003
Derivativos							
Contratos de SWAP	79.654	200.042	279.696	-	200.081	200.081	-
SWAP - Ativo	-	81.419	81.419	234	-	234	(81.419)
SWAP - Passivo	(2.045)	(220)	(2.265)	(234)	(1.696)	(1.930)	2.265
Total de derivativos	77.609	281.241	358.850	-	198.385	198.385	(79.154)
Exposição líquida	4.552	-	4.552	954	-	954	1.849

Consolidado	31.12.2020			31.12.2019			Efeitos no resultado
	USD	EUR	TOTAL	USD	EUR	TOTAL	31.12.2020
Ativo							
Contas a receber	5.470	-	5.470	882	-	882	670
Subtotal	5.470	-	5.470	882	-	882	670
Passivo							
Empréstimos	(77.609)	(281.241)	(358.850)	-	(198.385)	(198.385)	83.898
Fornecedores	(12.348)	(813)	(13.161)	(2.629)	-	(2.629)	(1.450)
Subtotal	(89.957)	(282.054)	(372.011)	(2.629)	(198.385)	(201.014)	82.448
Total da exposição	(84.487)	(282.054)	(366.541)	(1.747)	(198.385)	(200.132)	83.118
Derivativos							
Contratos de SWAP	77.457	200.042	277.499	(1.219)	200.081	198.862	-
SWAP - Ativo	2.503	81.419	83.922	1.660	-	1.660	(83.922)
SWAP - Passivo	(2.351)	(220)	(2.571)	(441)	(1.696)	(2.137)	2.571
Total de derivativos	77.609	281.241	358.850	-	198.385	198.385	(81.351)
Exposição líquida	(6.878)	(813)	(7.691)	(1.747)	-	(1.747)	1.767

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2020, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações financeiras, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Controladora	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Apreciação de 25%	Cenário (III) Apreciação de 50%
Operacional	Aumento PTAX	-	1.138	2.276
Premissa	USD	5,196	6,495	7,794

Consolidado	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Apreciação de 25%	Cenário (III) Apreciação de 50%
Operacional	Aumento PTAX	-	(1.720)	(3.439)
Premissa	USD	5,196	6,495	7,794

Operacional	Aumento PTAX	-	(203)	(407)
Premissa	EUR	6,378	7,972	9,567

Derivativos

Instrumento protegido	Nocional (USD)	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Custo financeiro	Vencimento	Designação
Empréstimos e financiamentos	342.565		1.830.120	N/A	22.01.2021	Hedge de variação cambial (NDF)
Importação	204.500		1.060.844	N/A	29.01.2021	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	15.000.000		78.750.000	Ativa: 2,15% a.a. / Passiva: CDI + 3,25% a.a.	08.04.2021	Sw ap de VC e taxa de juros para CDI/Reais
Empréstimos e financiamentos	-	44.247.788	200.000.000	Ativa: 0,6106% a.a. / Passiva: CDI + 0,78% a.a.	25.06.2021	Sw ap de VC e taxa de juros para CDI/Reais
Empréstimos e financiamentos	-		100.000.000	Ativa: 5,8286% a.a. / Passiva: CDI + 3,43% a.a.	19.11.2021	Sw ap de taxa Pré para CDI+
Empréstimos e financiamentos	-		60.000.000	Ativa: 7,24% a.a. / Passiva: CDI + 0,75% a.a.	19.06.2023	Sw ap de taxa Pré para CDI+

d) Riscos de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber, as estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

A Diretoria de Administração e Controle acompanha as operações que têm como contrapartida instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), monitorando limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2020 aplicações financeiras com saldos superiores a R\$ 10.000 com as seguintes instituições financeiras: Banco Original S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Safra, Banco Santander, Bank of China e Banco do Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	499.464	191.120	500.098	192.245
Contas a receber de clientes	421.521	346.614	428.086	368.525
Instrumentos financeiros derivativos	81.419	234	83.922	1.660
Partes relacionadas	14.221	9.691	149	-
	1.016.625	547.659	1.012.255	562.430

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia encontrará dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia e de sua controlada é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades e investimentos divididos pela dívida de curto prazo.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

Com base na análise desses indicadores, define a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e de sua controlada em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem esperados.

Os índices de liquidez (consolidado) estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	500.098	192.245
Empréstimos e Financiamentos	(578.690)	(20.202)
Debêntures	(38.961)	(2.383)
Derivativos ativos	82.571	1.426
Derivativos passivos	(2.571)	(2.137)
Total de instrumentos de dívida no curto prazo	(537.651)	(23.296)
Indicador de liquidez modificado	0,93	8,25

f) Valores justos estimados

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

g) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - CP	81.419	-	82.571	1.426
Instrumentos financeiros derivativos - LP	-	234	1.351	234
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	499.464	191.120	500.098	192.245
Contas a receber de clientes	421.521	346.614	428.086	368.525
Partes relacionadas	14.221	9.691	149	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	935.206	547.425	928.333	560.770
Total de ativos financeiros	1.016.625	547.659	1.012.255	562.430
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(2.265)	(1.930)	(2.571)	(2.137)
Custo amortizado				
Fornecedores	(330.862)	(113.757)	(385.322)	(319.023)
Fornecedores risco sacado	(18.025)	(18.530)	(337.716)	(179.081)
Empréstimos e financiamentos	(364.103)	(205.881)	(619.045)	(283.818)
Debentures	(190.382)	(191.473)	(190.382)	(191.473)
Parcelamentos tributários	(101.709)	(137.224)	(101.709)	(137.224)
Partes relacionadas	(133)	(625)	(2.554)	(128)
Passivos mensurados pelo custo amortizado	(1.005.214)	(667.490)	(1.636.728)	(1.110.747)
Total de passivos financeiros	(1.007.479)	(669.420)	(1.639.299)	(1.112.884)

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias..

h) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o IFRS 7/ CPC 40, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía instrumentos financeiros avaliados conforme o nível 2.

Valor justo versus valor contábil

Na opinião da Administração os ativos e passivos financeiros não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

30 Informações suplementares a demonstração dos fluxos de caixa

Transações não caixa

A seguir estão apresentadas as transações não caixa das atividades de investimento e financiamento da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Atividades de investimentos				
Adições de imobilizado (i)	(400)	716	(7.424)	(6.388)
Adições de intangível (i)	1.282	(2.643)	1.311	(2.720)
Total não caixa das atividades de investimento	882	(1.927)	(6.113)	(9.108)
Atividades de financiamento				
Arrendamento por direito de uso	29.516	7.497	46.776	30.747
Captações de empréstimos financiamentos (ii)	-	-	16.124	42.979
Total não caixa das atividades de financiamento	29.516	7.497	30.652	73.726

- (i) Efeito líquido entre as adições ao imobilizado e intangível da Companhia em exercícios anteriores, mas que o fluxo de caixa ocorreu no exercício corrente e as adições que não houveram utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras;
- (ii) Captação de empréstimos para liquidação de fornecedores de matérias primas ou insumos realizado. A liquidação foi realizada diretamente pelas instituições financeiras, não havendo impacto nos fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma houve a negociação de novos prazos e condições com as instituições financeiras envolvidas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Henrique Gennari
Presidente
Emerson Paiva Inacio
Diretor de Finanças, RI e Administração e Controle

Filipe Santos Castro
Contador – CRC: SP 321.716/O